

## SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

### ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

#### DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretora Executiva: Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva

#### **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO**

Gerente: Inah Maria Szerman Rezende

#### **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DE FORMAÇÃO**

Gerente: Lorena Assunção Belleza Colares

#### **14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos**

Modalidade: presencial

#### **Convocação**

2ª retificação – Itens 8.1., 8.2., 8.3., 9.1.

De ordem do Excelentíssimo Senhor 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Diretor Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF, Desembargador Renato Dresch, comunica-se a realização do **14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos** aos aprovados no Concurso Público para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado de Minas Gerais, regido pelo Edital n. 01/2021, observado o número de vagas constante neste edital, conforme abaixo especificado

- 1. PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:** Juízas e Juízes de Direito substitutos aprovados e nomeados no Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Minas Gerais - Edital 01/2021, empossados no dia 9 de maio de 2024, convocados pelo TJMG/EJEF, conforme listagem ao final ao final deste edital.
- 2. OBJETIVO GERAL:** ao final da ação educacional, espera-se que o(a) magistrado(a) seja capaz de atuar com segurança, celeridade e qualidade na prestação jurisdicional, estabelecendo relações interpessoais e institucionais baseadas no aprimoramento humanístico, ético, político e social.
- 3. METODOLOGIA:**
  - 3.1. Utilização de metodologias ativas nas aulas do curso, que incluem o uso de problemas, casos e simulações.
  - 3.2. Inserção dos juízes em vitaliciamento nas unidades jurisdicionais das áreas cível e criminal, simultaneamente à formação teórico-prática em sala de aula durante o CFI.
  - 3.3. Acompanhamento contínuo, ao longo do processo de vitaliciamento, por meio de um juiz orientador, bem como suporte psicossocial, prática já consolidada pela EJEJF em suas ações de formação dos magistrados.
- 4. MODALIDADE:** presencial.
- 5. PERÍODO DO CURSO:** 13 de maio a 9 de agosto de 2024.
- 6. NÚMERO DE VAGAS:** 64 vagas, destinadas aos 64 primeiros colocados entre os aprovados no Concurso Público para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado de Minas Gerais, regido pelo Edital n. 01/2021.
- 7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**
  - 7.1. Eixo Atuação Institucional e Gerencial:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
Apresentação das orientações gerais sobre o curso	Reconhecer a estrutura e metodologia do curso.	Metodologia e programa do curso.	Exposição dialogada	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Foto oficial na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	n/a	n/a	n/a	1	n/a

Apresentação do TJMG, políticas e programas	Identificar os projetos e ações da Presidência, das Vice-Presidências e das Coordenadorias do TJMG	Principais produtos e projetos da Presidência, das Vice-Presidências e Coordenadorias do TJMG.	Exposição dialogada	6	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Cadastramento PREVCOM	Identificar os planos e benefícios da previdência complementar.	Planos e benefícios da previdência complementar.	Exposição dialogada	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Segurança institucional do Poder Judiciário	Identificar a competência e composição do Centro de Segurança institucional do TJMG. Identificar o plano de segurança, medidas de proteção, comunicação de situação de risco e o atendimento realizado aos magistrados de 1ª instância.	Gerenciamento de riscos e crises: segurança pública, inteligência e balística forense.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Orientações sobre a vida funcional do Juiz de Direito do TJMG	Identificar aspectos da carreira e da vida funcional do Juiz de Direito no TJMG.	Lei Complementar 59/01 Resolução 495/06 Resolução 537/07 Resolução 648/2010 RITJMG	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Apresentação da Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS	Reconhecer as atribuições, estrutura e funcionamento da AMAGIS.	Atribuições, estrutura e funcionamento da AMAGIS.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Apresentação do Projeto "Cidadania, Democracia e Justiça	Reconhecer o papel do Projeto como meio de ampliação do acesso a direitos pelos originários.	O que é, como se estrutura, como atua e qual é a finalidade do projeto "Cidadania, Democracia e Justiça".	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
A comunicação institucional	Reconhecer o papel da assessoria de comunicação do TJMG e sua importância para o gerenciamento das informações prestadas pelos membros do Tribunal.	O papel da Assessoria de Comunicação - Ascom e como ela poderá ajudar na utilização dos canais de comunicação. Funcionamento dos canais de comunicação do TJMG.	Exposição dialogada	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Oficina - Média Training	Relacionar-se adequadamente com os canais de comunicação, observando os limites de atuação. Identificar, respeitar e seguir as normas pertinentes ao uso das redes sociais a fim de ter um comportamento ético adequado.	Normativas que regulam a comunicação externa dos membros do Poder Judiciário. Linguagem para comunicação com a sociedade por meio da imprensa.	Oficina com simulação e estudos de caso.	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na simulação.
Estrutura e funcionamento da Corregedoria-Geral de Justiça	Identificar as áreas da CGJ e suas respectivas atribuições através das questões práticas trazidas pelos alunos durante a imersão nas Varas Únicas.	Áreas da CGJ, a partir de questões vivenciadas, pelos juízes de direito substitutos, na prática supervisionada em comarcas do interior, com as seguintes temáticas: 1) Planejamento 2) Atos normativos 3) Sistemas Eletrônicos 4) Fiscalização Judicial 5) Fiscalização Extrajudicial 6) Processo Disciplinar 7) Direção do Foro	Exposição dialogada	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Identificar as hipóteses de instauração de procedimento disciplinar.	Sindicância e processo administrativo disciplinar: hipóteses de instauração de procedimento disciplinar. Impacto da instauração do processo na comarca. Regime disciplinar dos servidores. O papel do juiz na conciliação, na conversa com o servidor.	Exposição dialogada (1h) Atividade em grupo - Estudo de caso (2h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na análise do caso proposto.
Fiscalização dos serviços extrajudiciais e interinidade nos serviços notariais e de registro	Identificar as atribuições do Diretor do Foro. Identificar a legislação aplicável. Utilizar o SISNOR e o SISCOR. Interinidade nos serviços notariais e de registro.	Atividade Notarial e Registral. Estrutura da Corregedoria. Atribuições da Direção do Foro. Legislação aplicada aos serviços notariais e de registro. Cobrança de emolumentos. Taxa de Fiscalização Judiciária. Utilização do SISNOR. Utilização do SISCOR. Reconhecer os pontos analisados nos relatórios de fiscalização. Autorizar e rejeitar despesas. Nomear e destituir interinos em caso. Fiscalizar a atuação do notário ou registrador durante a interinidade.	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo - Estudo de caso (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na análise do caso proposto.
Custas, taxas judiciárias e emolumentos	Reconhecer a legislação estadual e provimentos secundários aplicáveis à cobrança de custas, taxas e despesas judiciais. Identificar pontos que podem apresentar maior controvérsia no dia a dia da prática jurisdicional. Gerenciar o fluxo de cobrança de custas.	Custas, taxas judiciárias e despesas processuais: Impactos no Fundo Especial do Poder Judiciário; IMR Jus; Guia na Web; (Cíveis: Gratuidade, parcelamento de custas, emissão de guias, impacto no desempenho da Vara, consequências da cobrança errada, CNPDP. Criminal: fiança, proibição de receber verbas, implicações na execução penal).	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Sistemas Informatizados Relacionados a Prestação jurisdicional Sistema AJ	Reconhecer a importância do funcionamento e utilização do sistema AJ.	Sistema AJ: Banco de peritos; Solicitação de exames de DNA	Exposição dialogada e operacionalização simulada do sistema.	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e realização da atividade proposta.
Sistemas Informatizados Relacionados a Prestação jurisdicional - cível	Identificar e operar os diferentes sistemas e suas funcionalidades.	Sistemas do TJMG; Sistemas conveniados: Bacenjud, Renajud, Infojud, entre outros. Cadastramento, conceito e operação. Impactos da Lei de abuso de autoridade. Uso do número do CNJ. Destinação imediata de recursos.	Exposição dialogada e operacionalização simulada do sistema.	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e realização da atividade proposta.
Sistemas Informatizados Relacionados a Prestação jurisdicional criminal	Identificar e operar os diferentes sistemas e suas funcionalidades.	Conceito, utilização, relatórios e benefícios dos sistemas criminais (RUPE, ASE, BEMP, eCDJ, eFAC, SEEU, BNMP) utilizados pelo TJMG.	Exposição dialogada e operacionalização simulada do sistema.	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e realização da atividade proposta.
Sistemas Informatizados Relacionados a Prestação jurisdicional - PJe	Identificar e operar os diferentes sistemas e suas funcionalidades.	Conceito, utilização, benefícios e relatórios do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Visão Geral. Atuação do Gabinete: Análise e Triagem de processos; Processos Urgentes; Despachar; Decidir; Sentenciar	Exposição dialogada e operacionalização simulada do sistema.	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e realização da atividade proposta.
Ferramentas Relatórios gerenciais	Identificar e localizar tipos de relatórios. Extrair relatórios. Interpretar dados dos relatórios. Identificar pontos de melhoria.	Relatórios gerenciais: SISCOM CHARACTER, SISCOM WINDOWS E SIJUD. Impacto das baixas nos resultados. Painel de Metas do CNJ e Painel Estratégico de Apoio ao Planejamento e à Fiscalização. Impacto das baixas nos resultados.	Exposição dialogada (3h) e atividade de aplicação (1h).	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e realização da atividade proposta.

Desdobramento do planejamento estratégico pelas unidades judiciárias e boas práticas	Identificar os 4 pilares do planejamento estratégico a ser aplicado na unidade judiciária. Identificar as boas práticas desenvolvidas, a partir da implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico. Reconhecer as boas práticas do planejamento estratégico	Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias: Contextualização. Metodologia da Corregedoria. Metas nacionais e do TJMG. Boas práticas.	Exposição dialogada	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Fiscalização das unidades judiciárias	Reconhecer os pontos analisados nos relatórios de fiscalização. Identificar não-conformidades. Corrigir procedimentos.	Fiscalização das Unidades Judiciárias. Correições Ordinárias e Extraordinárias. Fluxo da fiscalização (a quais índices devem ficar atentos, índice de criticidade em especial na escolha da correição).	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo - Estudo de caso (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na análise do caso proposto.
Destinação de armas e bens apreendidos	Gerenciar o fluxo de destinação e destruição de armas.	Destinação de armas e bens apreendidos: Catalogação. Registro no sistema. Destinação.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Sistema Eletrônico de Informações - SEI	Identificar o contexto do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no cenário nacional e no âmbito do TJMG. Utilizar as principais ferramentas do SEI durante a execução de suas rotinas administrativas.	Sobre o SEI!: Breve contexto do cenário nacional do sistema. SEI no TJMG: Sua implantação e números atualizados, quando utilizar o sistema, os principais benefícios alcançados e os novos projetos que podem impactar na rotina dos magistrados. Utilização prática do SEI! Como iniciar um processo Inclusão de documentos externos e internos; como assinar os documentos; Envio para unidades e conclusão do processo.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Gestão documental e da informação	Identificar a Gestão de Documentos no TJMG. Identificar e eliminar o acervo administrativo da comarca. Organizar o acervo processual eliminável da comarca. Preservar os documentos históricos. Identificar e localizar os produtos e serviços de informação da EJEF.	Conhecimento da normativa básica. Teoria das 3 idades. Tabelas de temporalidade. Ganho de espaço em arquivo. Gestão documental aplicada: eliminação dos documentos administrativos. Conhecendo a Biblioteca Digital do TJMG. Publicações técnicas periódicas da EJEF. Serviços: solicitação de pesquisas jurídicas e notas técnicas.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Avaliação de desempenho	Reconhecer o novo modelo de "Avaliação de Desempenho por Competências". Aplicar os princípios e normas que regulam a Avaliação de Desempenho por Competências no TJMG. Utilizar a Avaliação de Desempenho por Competências como ferramenta de gestão do desempenho dos servidores do TJMG.	Gestão de Pessoas e Gestão de Pessoas por Competências. Avaliação de Desempenho e Avaliação de Desempenho por Competências.	Exposição dialogada	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Informações sobre os estágios de graduação e pós-graduação no TJMG	Identificar as normas e condições do estágio oferecido pelo Tribunal. Identificar as atribuições e responsabilidades daqueles que recebem e/ou supervisionam o estagiário.	Regulamentação específica. PORTARIA CONJUNTA Nº 1343/PR/2022	Exposição dialogada	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.

Gestão de Pessoas	Dirigir a unidade de forma participativa. Comunicar-se de forma assertiva e não-violenta. Relacionar-se com a equipe de forma adequada e estimuladora do crescimento coletivo. Dar e receber feedback. Construir um plano de ação que estabeleça estratégias adequadas para melhor desempenho, com eficiência, da Unidade Jurisdicional.	Benefícios da gestão horizontal: organização de reuniões, trabalho em equipe. Liderança: equipe intergeracional. Comunicação assertiva: transparência e feedback. Gestão de equipes.	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo - Estudo de caso (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na análise do caso proposto.
Gestão de Processos Judiciais	Fazer diagnóstico e elaborar planos de ação. Dirigir o rito de gestão. Medir e trabalhar os resultados positivos e as não conformidades. Controlar em tempo real o acervo processual. Criar interfaces com os parceiros.	Diagnóstico situacional da unidade jurisdicional. Elaboração do plano de ação. Direção do rito de gestão. Priorização das ações para a baixa e celeridade dos feitos. Montar arquivos para padronização e uniformização dos procedimentos. Medição e trabalho dos resultados positivos e das não conformidades. Criação de interfaces com os parceiros para fins de agilização dos fluxos dos processos. Relatórios do CNJ, SIJUD, mapas gerenciais e outros.	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo - Estudo de caso (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação na análise do caso proposto.
Sessão das escolhas das comarcas	n/a	n/a	n/a	4	n/a
Carga horária total do eixo:	83horas, sendo: 13h de métodos ativos e 70h de exposição dialogada.				

## 7.2. Eixo Justiça e Sociedade:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
O impacto das novas tecnologias no exercício da jurisdição	Reconhecer como as novas tecnologias, como inteligência artificial, blockchain e big data, estão transformando os processos judiciais e os métodos de resolução de disputas. Analisar casos de uso e exemplos práticos que demonstram como essas tecnologias estão sendo aplicadas no exercício da jurisdição em diferentes contextos jurídicos ao redor do mundo.	As novas tecnologias no contexto jurídico. Os principais avanços tecnológicos e suas aplicações no sistema jurídico. Os benefícios e desafios decorrentes da adoção dessas tecnologias. o papel da inteligência artificial na análise de dados legais, elaboração de contratos e predição de decisões judiciais. Estudo de casos de sucesso e potenciais limitações da aplicação de algoritmos no processo decisório.	Exposição dialogada (2h) Debate sobre os desafios éticos, legais e sociais relacionados à adoção de novas tecnologias no sistema judiciário. (1h) Atividade em grupo - Estudo de caso (1h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.
Ética e Deontologia da Magistratura	Comprometer-se com o Código de Ética da Magistratura nacional nas ações e relações jurisdicionais e pessoais. Apresentar conduta compatível com o cargo, nos termos do Código de Ética da Magistratura Nacional.	Código de ética da magistratura nacional. Ética, moral e deontologia: etimologia, definição, relação, diferenças e alcance. Universalidade e problema da relativizações a ética. O juiz e o seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar. Perspectiva ética para o desenvolvimento de um justo processo e de uma justa decisão. Relacionamento do magistrado com as partes, o agente do ministério público, o advogado público, o defensor público, e os advogados.	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo - Painel integrado para discussão de situações-problema que envolvem questões éticas (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.

Filosofia do direito e sociologia jurídica	Reconhecer as diferentes abordagens filosóficas que tratam da interseção entre direito e moral. Analisar as implicações sociais, políticas e culturais da pluralidade jurídica, destacando como essa diversidade influencia a efetividade do sistema jurídico e os direitos dos cidadãos.	Filosofia do direito. Direito e moral. axiologia e Direito. Silogismo. Objetividade científica e o positivismo. Objetividade e subjetividade. Sociologia Jurídica. Direito na sociedade. Pluralidade jurídica e social. Visão humanística, crítica e ética do fenômeno jurídico.	Exposição dialogada	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
A construção da decisão judicial: hermenêutica, argumentação jurídica e processo decisório	Dar seguimento lógico-jurídico e guardar coerência na prática dos atos processuais. Antever as consequências da decisão, visando a efetividade do ato processual. Promover o detalhamento adequado para encaminhamento do processo, estabelecendo os atos supervenientes. Analisar as teorias da argumentação.	A necessidade da justificação das decisões, sob a análise da justificativa interna e externa das decisões. As três óticas da argumentação (formal, material e pragmática). A discussão dos problemas relativos à decisão (o problema das normas, o problema dos fatos, o problema da interpretação), por análise de casos concretos. As falácias. A decisão razoável entre o racional ideal e o irracional. Princípios para a boa apresentação da argumentação. Dicas e experiências sobre a gestão do gabinete quanto à produtividade de decisões e sentenças.	Exposição dialogada (3h)  Atividade em grupo - Análise crítica de decisões judiciais, focando na qualidade da fundamentação e na coerência do raciocínio jurídico. (2h) Estudo de casos concretos para aplicação dos métodos hermenêuticos na interpretação de normas legais. (1h)	6	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.
Direitos Fundamentais, das minorias e inclusão	Analisar os princípios fundamentais dos direitos humanos e sua aplicação na garantia da igualdade e dignidade para todos os membros da sociedade. Reconhecer os desafios enfrentados pelas minorias e grupos marginalizados e discutir estratégias jurídicas para promover sua inclusão e proteção.	Fundamentos dos Direitos Fundamentais. Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis. Inclusão e Ações afirmativas. Desafios Contemporâneos e Perspectivas Futuras	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos práticos que envolvem violações de direitos das minorias e questões de inclusão. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.
Impacto social econômico e ambiental das decisões judiciais	Analisar como as decisões judiciais influenciam diretamente a vida das pessoas, as relações econômicas e o meio ambiente. Refletir sobre o papel do Poder Judiciário na promoção do desenvolvimento sustentável e na proteção dos direitos fundamentais.	Definição do conceito de impacto social, econômico e ambiental das decisões judiciais. o papel do Poder Judiciário na proteção e preservação do meio ambiente. Impactos das decisões relacionadas a licenciamento ambiental, proteção de áreas naturais, responsabilidade ambiental e mudanças climáticas. Exemplos de casos emblemáticos que demonstram o poder transformador das decisões judiciais em diferentes esferas da sociedade.	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos de decisões judiciais que influenciaram políticas públicas. (1h) Debate sobre os dilemas éticos e os desafios enfrentados pelo Judiciário ao ponderar interesses sociais, econômicos e ambientais conflitantes. (1h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.
Diálogos interinstitucionais: interface do judiciário com o sistema de justiça	Reconhecer a necessidade de integração e cooperação entre os Poderes para a efetivação da justiça e correta aplicação da lei. Reconhecer as formas de relações do Poder Judiciário com os demais Poderes, com as funções essenciais à justiça e com a sociedade organizada, imprensa, representações sociais e de mercado, bem como com os usuários do serviço público.	A representatividade do magistrado na Comarca. Funções jurisdicionais x funções gerenciais do magistrado. Instrumentos necessários à aplicação da justiça x realidade estatal. Construindo diálogos e costurando parcerias. Relação com os Poderes Executivo e Legislativo locais. Relação com o Ministério Público – fiscal da lei e parte. Relação com a Defensoria Pública, OAB e carência das instituições na Comarca. Imparcialidade e impensoalidade.	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos reais que envolvem diálogos interinstitucionais no contexto do sistema de justiça. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.

Julgamento com Perspectiva de gênero	Reconhecer gênero como construção social, considerando as relações e estruturas de poder que atravessam o gênero, bem como reconhecer a presença desses fenômenos nas relações sociais e nos casos em apreciação. Identificar a influência da construção social do gênero no fenômeno da violência: violência doméstica, violência sexual, feminicídio, transfobia, homofobia. Elucidar como o conceito de gênero, e as relações que se estruturam a partir de suas interações, interferem no acesso à justiça dos grupos vulneráveis. Utilizar a jurisprudência nacional e internacional relacionada a gênero, orientação sexual e identidade de gênero;	Construção social de gênero. Violência de gênero contra as mulheres. Considerações gerais sobre o julgamento com perspectiva de gênero. Seção 2: O julgamento com perspectiva de gênero enquanto obrigação constitucional e convencional. Ferramentas para um julgamento com perspectiva de gênero.	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos reais que envolvem questões de gênero no sistema de justiça. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.
Carga horária total do eixo:	32 horas, sendo: 15h de métodos ativos e 17h de exposição dialogada.				

### 7.3. Eixo Técnica dos Atos - Cvel:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
O sistema de precedentes e a segurança jurídica no Brasil	Reconhecer os diferentes conceitos de precedentes e o regime jurídico estabelecido no Brasil	Evolução do sistema de precedentes e a regulamentação normativa.	Exposição dialogada (1h)	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno na atividade.
Sistema de precedentes e gestão de ações coletivas	Identificar os casos em que seria possível suscitar o IRDR. Aplicar o procedimento para suscitar o IRDR. Aplicar o sistema de precedentes nas decisões.	Precedentes. Relevância dos precedentes para a gestão processual. Estratégias de identificação de precedentes. Gestão processual de precedentes. Providências segundo a situação do processamento do incidente ou recurso que resultará em formação de precedente. Ferramentas de operacionalização de suspensão. Distinção entre precedentes aparentemente semelhantes: casos complexos	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos reais que envolvem casos complexos. (1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade.
Ações massivas e predatórias	Identificar, nos casos concretos, focos de abuso do direito de acesso à justiça; Adequar à realidade da unidade jurisdicional estratégias potencialmente adequadas para enfrentamento do abuso o direito de ação.	Centro de Inteligência e NUMOPEDE: interação A realidade da explosão da litigiosidade no peculiar contexto da Justiça Estadual. Identificação de focos de abuso do direito de ação. Estratégias para enfrentamento da litigiosidade artificialmente criada. Sujeitos processuais. Critérios de identificação. Normas jurídico-processuais e estratégias de enfrentamento.	Exposição dialogada (2h) Estudo de casos reais que favoreçam a discussão e combate à litigância predatória. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e realização de atividade em grupo.

<p>Política de tratamento adequado dos conflitos e processos auto compositivos: conciliação, mediação e justiça restaurativa</p>	<p>Reconhecer o panorama da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses e o papel do magistrado nessa política. Identificar os diferentes setores do CEJUSC e o alcance de suas ações. Identificar os principais métodos auto compositivos e os casos que melhor se adequam a cada método. Reconhecer o panorama da Política da Justiça Restaurativa no âmbito do Judiciário.</p>	<p>O Conselho Nacional de Justiça e o TJMG na política pública de tratamento adequado dos conflitos O papel do magistrado. Capacitação. O NUPEMEC e a AGIN. A Comissão Supervisora e a estrutura dos Juizados Especiais. A política do TJMG na instalação dos CEJUSCs Estrutura e funcionamento do CEJUSC. A triagem dos casos e o princípio da adequabilidade. Mediação e conciliação. Justiça Restaurativa: Conceito, implementação e prática.</p>	<p>Painel e exposição dialogada. (4)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação do aluno durante a aula.</p>
<p>Métodos consensuais de resolução de conflitos e processos auto compositivos: a conciliação e suas técnicas</p>	<p>Propiciar um ambiente favorável ao diálogo, criando vínculo de rapport (confiança). Estimular os envolvidos ao diálogo e à escuta empática para uma possível solução do conflito, garantindo o protagonismo. Escutar ativamente os envolvidos. Utilizar comunicação assertiva e não violenta. Empregar linguagem adequada ao contexto e aos interlocutores. Usar, adequadamente, as técnicas de resolução de conflitos.</p>	<p>Conciliação: um caminho para a pacificação social Técnicas e práticas de Conciliação. Teoria da Comunicação / Teoria dos Jogos Moderna Teoria do Conflito. Negociação. Mediação.</p>	<p>Exposição dialogada (2h) Simulação de Técnicas (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Despacho Inicial e saneamento do processo</p>	<p>Reconhecer a importância do despacho inicial para viabilizar a adequada e célere tramitação processual. Selecionar os casos em que deve ser determinada a juntada de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos necessários ao deferimento da gratuidade judiciária. Avaliar a possibilidade de prolação de despacho inicial "em bloco", com determinação de providências sucessivas a serem adotadas pela secretaria do juízo. Avaliar a relevância da decisão saneadora para racionalizar a prestação jurisdicional, analisando criticamente o papel do juiz na fase probatória, fixando adequadamente os pontos controvertidos, distribuindo o ônus da prova e avaliando as provas necessárias e úteis. Interpretar com flexibilidade diferentes conjuntos probatórios.</p>	<p>Despacho inicial: relevância; função; provimento jurisdicional fundamental para a adequada tramitação processual; princípio constitucional da razoável duração do processo; avaliação dos requerimentos de gratuidade judiciária. Decisão saneadora: conceito, natureza jurídica, antecedente lógico da sentença. O papel do juiz na preparação da fase instrutória: sujeitos processuais e a cooperação; momentos para especificação de provas e preclusão; audiência de saneamento; princípio dispositivo e a iniciativa probatória do juiz; definição de casos concretos de julgamento antecipado da lide. Questões preliminares e prejudiciais de mérito: questões preliminares e contraditório; ordem de apreciação; questões preliminares e prejudiciais e preclusão. Fixação dos pontos controvertidos e do ônus da prova: definição dos pontos relevantes para a composição do litígio; fatos incontroversos e notórios; presunções relativas e absolutas; ônus da prova (distribuição legal; inversão e fato negativo; distribuição dinâmica); negócio jurídico processual e ônus da prova.</p>	<p>Exposição dialogada (2h) Oficina prática com estudos de casos de despacho inicial e saneamento do processo. (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Realização de audiência: aspectos gerais e práticos</p>	<p>Desenvolver técnicas de realização de audiências (justificação prévia, conciliação/mediação, saneamento compartilhado, instrução e julgamento), bem como as características inerentes.</p>	<p>Técnicas de audiência: Postura, condução e presidência. Advertências legais. Controle emocional. O saber "falar" e o saber "ouvir". Prévio conhecimento dos fatos e das questões de direito. Leitura dos autos. Identificação e coleta dos dados úteis.</p>	<p>Exposição dialogada (2h) Simulação de audiências (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>

<p>Questões práticas e controvertidas do Direito de Família</p>	<p>Identificar as peculiaridades de um conflito de família. Analisar e decidir questões enfrentadas por um juiz diante de uma Vara de Família. Administrar questões relativas aos processos para sentenciar em uma Vara de Família. Oferecer efetiva, eficaz e célere prestação jurisdicional nas Varas de Família.</p>	<p>As novas dinâmicas familiares. Casos práticos ocorridos na Vara de Família. Direito de Família: Especificações e gerenciamentos: técnicas de decisões, saneamento do processo realização de audiências de tentativa de conciliação, instrução e julgamento, sentenças com destaque para casos mais complexos e específicos.</p>	<p>Exposição dialogada (2h)  Atividade em grupo - Painel integrado para discussão de situações-problema que envolvem questões do Direito de Família (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Questões práticas e controvertidas do Direito de Sucessório</p>	<p>Identificar e decidir sobre o cabimento da assistência judiciária gratuita. Identificar a melhor alternativa de inventariança dentre as opções legais. Decidir as questões afetas aos sucessores de modo a não prejudicar o encerramento célere e eficiente do inventário. Identificar as questões a serem encaminhadas às vias ordinárias de modo a não prejudicar a tramitação do inventário. Identificar a possibilidade de autocomposição. Correlacionar o plano de partilha e o ITCD, aplicando a legislação Civil. Organizar o fluxo e a rotina dos expedientes em matéria sucessória.</p>	<p>Assistência judiciária gratuita em inventários, arrolamentos e alvarás. Nomeação e remoção de inventariante. União estável, cônjuge supérstite e herdeiros. Matéria sucessória e questões para as vias ordinárias. Audiência de conciliação. Credores. Plano de partilha. Partilha cômoda. ITCD. Alvarás. Questões gerais e rotinas da Secretaria.</p>	<p>Exposição dialogada (2h)  Roda de conversa para análise de situações práticas sobre o Direito Sucessório. (1h)</p>	<p>3</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Oficina: direito registral e notarial</p>	<p>Identificar, diante do caso concreto, a legislação aplicável. Solucionar as questões concretas não previstas na legislação. Identificar fontes de pesquisa (atos normativos, doutrina, jurisprudência) que subsidiem suas decisões. Atuar com dinamismo e celeridade nas questões afetas aos Cartórios extrajudiciais. Criar alternativas para solução de conflitos.</p>	<p>Cartórios: cumpra-se. Registro civil (nomes, registro de óbitos e nascimentos tardios, cremação). Dúvidas (consulta, dúvida inversa e Mandado de Segurança). Lei de Registros Públicos / Código de Normas da CGJMG / atos normativos do CNJ . Registro Civil (retificação nomes, sobrenomes, idade, óbitos, nascimento e casamento – análise de documentação) . Registro de Imóveis (retificação de registro, Dúvidas). Pessoas Jurídicas (registro de atas – princípio de continuidade) CRP – Centro de Reconhecimento de Paternidade - registros de nascimento sem paternidade declarada – procedimentos.</p>	<p>Exposição dialogada (1h)  Oficina de elaboração de sentenças de ações relativas a registros públicos. (2h)</p>	<p>3</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Oficina: ações da Fazenda Pública</p>	<p>Identificar as fontes de pesquisa que subsidiem o julgamento dessas ações. Desenvolver uma análise crítica na solução dos conflitos. Elaborar sentenças em processos da matéria de Fazenda Pública.</p>	<p>Análise dos direitos dos servidores públicos no âmbito remuneratório. Situações de extensão ou não de vantagens celetistas aos estatutários. Forma de aquilatar esses direitos à luz do ordenamento jurídico. Análise da jurisprudência como fonte do Direito para auxílio no julgamento dessas demandas e os aspectos vinculativos diante dos novos institutos do CPC/15.</p>	<p>Exposição dialogada (1h)  Oficina de elaboração de sentenças de Fazenda Pública. (2h)</p>	<p>3</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>

Oficina: análise contratual	Identificar os elementos essenciais de um contrato e os princípios gerais que regem sua formação e execução. Interpretar cláusulas contratuais, identificando termos ambíguos, lacunas e possíveis conflitos. Aplicar os conhecimentos adquiridos na análise de casos concretos e na elaboração de decisões judiciais fundamentadas.	Fundamentos do Direito Contratual. Interpretação de Cláusulas Contratuais. Análise de Casos Práticos e Elaboração de Decisões Judiciais.	Exposição dialogada (1h) Estudo de casos reais e simulados para aplicação dos conceitos aprendidos. Discussão em grupo para análise e resolução de dilemas jurídicos relacionados a contratos. (2h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Oficina: processos estruturais	Analisar os aspectos conceituais do litígio estrutural, realizando a sua contextualização com a prática, com a gestão da litigância e com a implementação de políticas públicas. Reconhecer os meios de gestão extrajudicial dos litígios estruturais e de atuação do Poder Judiciário no plano de transformação estrutural. Correlacionar os conceitos do processo coletivo estrutural e a implementação de políticas públicas a partir do tema 698 da Repercussão Geral.	Litígio estrutural. Litígio coletivo, litígio complexo, litígio multitudinário, litígio multipolar e litígio estrutural. Gestão extrajudicial dos litígios estruturais e a atuação do Poder Judiciário. Identificação de interesses e interessados. Estratégias: possibilidades. Processo estrutural, decisões estruturantes. Tema 698 da repercussão geral: controle judicial de políticas públicas.	Exposição dialogada (1h) Oficina de análise de situações-problema que envolvem processos estruturais. (2h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Oficina: ações possessórias e petições	Identificar, diante do caso concreto, a legislação aplicável. Solucionar as questões concretas não previstas na legislação. Identificar fontes de pesquisa (atos normativos, doutrina, jurisprudência) que subsidiem suas decisões. Atuar com dinamismo e celeridade nas questões afetas aos Cartórios extrajudiciais. Criar alternativas para solução de conflitos.	Usucapião judicial e extrajudicial - procedimentos e documentação.	Exposição dialogada (1h) Oficina de elaboração de sentenças de ação de usucapião. (2h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Judicialização da saúde	Identificar os instrumentos para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional em saúde e analisar os efeitos da decisão judicial. Tratar de forma adequada as demandas de saúde pública em observância à legislação sanitária, precedentes dos tribunais superiores, atos administrativos e portarias do SUS, bem como notas técnicas emitidas pelos órgãos de avaliação em tecnologias de saúde.	Instrumentos para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional em saúde. Os efeitos da decisão judicial. O Poder Judiciário, a democracia e o arranjo institucional do direito à saúde na Constituição da República de 1988. O valor da política pública para o direito à saúde.	Exposição dialogada (1h) Estudo de caso sobre questões que envolvem a judicialização da saúde. (2h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Direito Previdenciário na justiça estadual decorrente da competência delegada (direito material)	Resolver problemas previdenciários relacionados à concessão de benefícios rurais e urbanos, entre os quais, pensão por morte, benefícios por incapacidade, benefício de prestação continuada e aposentadorias em geral.	Direito material previdenciário: doutrina, legislação e jurisprudência.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso sobre questões que envolvem a judicialização da saúde. (1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.

Instrução das causas previdenciárias no âmbito da justiça comum	Identificar os benefícios previdenciários rurais e urbanos decorrentes da competência constitucional delegada e as alterações legislativas e jurisprudenciais da matéria. Identificar os elementos essenciais de laudos periciais indispensáveis à concessão de benefícios previdenciários de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e benefício de prestação continuada. Identificar o tempo de serviço especial e apurar o tempo de contribuição do segurado utilizando-se das ferramentas adequadas. Examinar a prova material inicial. Identificar possíveis fraudes na prova. Inquirir parte e testemunhas e resolver as intercorrências que surgirem. Julgar o caso concreto.	Constituição Federal de 1988. CPC. Lei 8.213 de 1991. Doutrina e jurisprudência. Laudos Periciais. Tempo especial. Audiência de instrução e julgamento. Realização dos cálculos previdenciários e os seus impactos no andamento processual.	Exposição dialogada (2h)  Audiência Simulada. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Improbidade administrativa	Reconhecer a realidade atual dos processos ajuizados com base na lei de improbidade administrativa. Diagnosticar as principais peculiaridades dos atos de improbidade administrativa demandados em juízo. Analisar os dispositivos legais da lei de improbidade administrativa e as controvérsias jurisprudenciais. Discutir o entendimento jurisprudencial sobre a improbidade administrativa.	Lei n. 8.249/1992. Ação de improbidade administrativa. Legitimação. Recebimento e rejeição da petição inicial. Indisponibilidade de bens. Dolo e culpa. Sanções. Prescrição. Padrões decisórios, gestão de processos, ação contra prefeitos e vereadores.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso sobre questões que envolvem improbidade administrativa. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Questões práticas e controvertidas do Direito Empresarial	Identificar protocolos de intenção, avaliando a melhor decisão a ser adotada para o caso. Garantir e fiscalizar a divisão equilibrada de ônus entre todos os agentes desse tipo de processo. Definir e aplicar um modelo de gestão processual que possibilite maior agilidade decisória, associando o tempo do processo ao tempo da realidade negocial. Conduzir de forma conciliatória e ágil processos de Dissolução de Sociedade Empresarial.	Regime jurídico de insolvência – Agente econômico devedor – Competência – Créditos – Administração da recuperação judicial e da falência: administrador judicial, assembleia de credores, comitê de credores e gestor judicial. Parcelamento fiscal na Recuperação Judicial – Travas bancárias. Meios de recuperação judicial e a contratação com o serviço público. A responsabilidade dos administradores Falência – Configuração do estado falimentar – Efeitos da decisão que decreta a falência – Processo falimentar – Ação revocatória – Do pedido de restituição – Da realização do ativo e satisfação do passivo – Encerramento da falência – Extinção das obrigações. Contratos bancários Dissolução de Sociedade Empresarial Títulos de crédito.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso sobre questões que envolvem o Direito Empresarial. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.

Aspectos práticos e jurisprudenciais da Execução Fiscal	Reconhecer as especificidades do procedimento executivo especial previsto na Lei 6.830/80. Analisar situações práticas da Lei 6.830/80 à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Embargos à execução fiscal (requisitos; garantia do juízo; prazo; suspensão da execução; certidão positiva com efeitos negativos). Dívidas tributárias e não tributárias – especificidades. 1.c) Requisitos da CDA e hipóteses de sua substituição. Prescrição intercorrente – art. 40, LEF e RESP 1.340.553 (repetitivo). Hipóteses de redirecionamento da execução fiscal aos sócios da pessoa jurídica executada. Medidas constritivas. a) Ordem preferencial de penhora; b) Impenhorabilidade e relativizações admitidas pela jurisprudência. c) Penhora online antes da citação. d) Carta de fiança/Seguro Garantia. Lei 6.830/80 CPC/2015 CTN.	Exposição dialogada (2h)  Estudo de caso sobre questões que envolvem a execução fiscal. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Carga horária total do eixo:	68 horas, sendo: 33h de métodos ativos e 35h de exposição dialogada.				

#### 7.4. Eixo Técnica dos Atos - Criminal:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
Fase pré-processual: o juiz de garantias.	Analisar se os elementos colacionados pela Polícia ou pelo Ministério Público atendem os requisitos legais para o deferimento da medida cautelar, dada a especificidade de algumas diligências investigativas.	Requisitos gerais das Medidas cautelares. Espécies das Medidas Cautelares mais comuns: Da Interceptação Telefônica e da Quebra do Sigilo das Comunicações. Da Busca e Apreensão. Da Quebra dos Sigilos Bancário e Fiscal. Das prisões provisórias (temporária e preventiva). Das Medidas Cautelares Diversas da Prisão. Da Produção Antecipada da Prova na Lei 13.431/2017. Das Medidas assecuratórias (Sequestro, Arresto e hipoteca legal). Suspensão da habilitação ou da permissão para dirigir veículo.	Exposição dialogada (2h)  Discussão coletiva a partir de casos concretos que envolvem decisões cautelares. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Prisão em flagrante, liberdade provisória e prisão preventiva. Audiência de custódia.	Executar audiência de custódia. Resolver incidentes inerentes a audiência. Analisar a expansão do projeto de Audiência de Custódia no interior do estado e os desafios para a sua implementação em comarcas de primeira e segunda entrância. Identificar estratégias, rotinas e boas práticas para a realização de audiências gravadas e por videoconferência. Agir em variadas situações apresentadas em audiência de custódia. Aplicar alternativas penais (previstas Lei nº 12.403/2011), potencializando a dimensão desencarceradora que nelas se encerra. Incentivar a articulação com equipes psicossociais (assistência social forense e CREAS), com enfoque restaurativo e visando a fiscalização de medidas cautelares diversas da prisão.	Origem e finalidade da audiência de custódia. Roteiro de audiência – oitiva e perguntas mais relevantes. Roteiro da ata – o que deve conter na ata de audiência de custódia. Estrutura da decisão da audiência de custódia. Audiência de custódia Providências necessárias preparatórias da audiência gravada. Operacionalização da apresentação pessoal do autuado preso em flagrante nas comarcas do interior do estado. Técnicas de redação de decisões. Alternativas à prisão provisória. Rotinas pós-audiência. Acompanhamento e fiscalização das medidas cautelares diversas da prisão.	Exposição dialogada (2h)  Discussão coletiva a partir de exibição de vídeo, com exemplos da audiência. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.

<p>Recebimento da denúncia, medidas alternativas, ANPP e acordos criminais.</p>	<p>Analisar os requisitos e procedimentos para o recebimento da denúncia, avaliando sua fundamentação e legalidade. Analisar as medidas alternativas ao processo penal, destacando sua finalidade, aplicabilidade e benefícios para a justiça restaurativa. Reconhecer o instituto do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), seus pressupostos e consequências para o processo criminal. Discutir a viabilidade e os critérios para a celebração de acordos criminais entre as partes envolvidas no processo penal.</p>	<p>Procedimentos e requisitos para o recebimento da denúncia pelo juiz, incluindo análise de justa causa e indícios mínimos de autoria e materialidade. Exploração das medidas alternativas ao processo penal, como a suspensão condicional do processo (sursis), transação penal e composição civil dos danos. Conceito, pressupostos e procedimentos para a celebração do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), conforme previsto na legislação brasileira. Discussão sobre a possibilidade de celebração de acordos criminais entre as partes envolvidas no processo penal, destacando critérios de viabilidade e legalidade.</p>	<p>Exposição dialogada (2h)</p>	<p>2</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação ativa nas discussões em sala de aula.</p>
<p>Realização de audiências e diligências criminais</p>	<p>Reconhecer os princípios e normas que regem a realização de audiências criminais, assegurando a imparcialidade, a celeridade e a publicidade do processo. Reconhecer a importância das diligências investigativas e instrutórias para a produção de provas e a instrução processual. Conduzir de interrogatórios, inquirir de testemunhas e analisar provas durante as audiências criminais.</p>	<p>Princípios e Normas das Audiências Criminais. Condução de Interrogatórios e Inquirição de Testemunhas. Análise de Provas durante Audiências Criminais. Importância e Procedimentos das Diligências Criminais.</p>	<p>Exposição dialogada e análise de casos reais relacionados à condução de audiências e diligências criminais. (2h)</p> <p>Simulação de audiências criminais. (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>
<p>Aspectos controvertidos da Lei Maria da Penha: processual e social</p>	<p>Julgar com perspectiva de gênero nas ações que envolvam violência doméstica. Analisar aspectos controvertidos da Lei Maria da Penha, aplicando-os à atividade jurisdicional. Elaborar sentença em processos de violência doméstica.</p>	<p>A dinâmica das relações de poder e as desigualdades materiais existentes entre os gêneros, relacionando-os à cultura machista e à violência doméstica. Rede de Apoio. Medidas protetivas: a) Natureza jurídica. b) Aplicação prática (situações de violência previstas na Lei Maria da Penha; fixação de medidas cautelares atípicas; prazo de duração; hipóteses em que há necessidade de estudo social; intimação para Defesa. Pedido de revogação ou período de reavaliação). Art. 16 da Lei Maria da Penha (situações em que se deve marcar a audiência e a inexistência de nulidade em razão de sua não realização; considerações sobre a retratação da vítima). Danos morais mínimos na sentença penal condenatória (art. 387, IV, CPP). Aspectos práticos/Análise da Jurisprudência do STJ (situações de dano 'in re ipsa'). Negação dos fatos pela vítima em audiência de instrução e a denúncia caluniosa. Boas práticas/Projetos na área de violência doméstica.</p>	<p>Exposição dialogada (2h)</p> <p>Estudo de caso de processos que envolvem violência doméstica. (2h)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.</p>

Organização Criminosa e Tráfico	Reconhecer a realidade da criminalidade organizada e violenta, especialmente associada ao tráfico de drogas. Diagnosticar casos típicos de organizações criminosas, diferenciando-as das associações para tráfico previstas na legislação específica. Adotar medidas preventivas e de segurança sendo e extraprocessuais. Identificar algumas medidas cautelares próprias e necessárias e a forma adequada de sua implementação. Prevenir nulidades processuais. Identificar e valorar provas indiciárias objetivas e subjetivas.	A Criminalidade Organizada e o Tráfico de Drogas no Estado e no país: choque de realidade. Conceituação legal e doutrinária (Organização criminosa e institutos afins; Lavagem de dinheiro etc). Medidas de segurança inerentes a tais processos: rotinas forenses, escoltas, organização de pautas, cautelas com o processo, interação com promotores, advogados e defensores Interação com as forças de segurança e outras instituições afins. Medidas cautelares específicas e sua implementação (Interceptação telefônica, sigilo bancário e fiscal, colaboração premiada, agente infiltrado, novas tecnologias). Provas: direta/indireta; indiciárias; objetivas/subjetivas, valoração. Nulidades processuais.	Exposição dialogada (2h)  Estudo de caso de processos que envolvem organização criminosa e tráfico. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Sentenças Criminais	Identificar aspectos primordiais sobre as partes essenciais da sentença e as técnicas de elaboração de sentença criminal.	Fundamentação das decisões judiciais (art.93, CF). Partes essenciais da sentença e a correlação que deve existir entre elas; - emendatio e mutatio libelli; - individualização da pena; - circunstâncias judiciais do artigo 59 Do CP; - regime de cumprimento de pena/detração penal; - substituição da pena privativa de liberdade e sursis; - prisão decorrente da sentença; - disposições finais da sentença.	Exposição dialogada (2h) Atividade em grupo: análise sobre a conformidade e não conformidade de sentenças criminais. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Dosimetria da Pena	Analisar o caso sob julgamento e proferir a decisão de pronúncia, de forma fundamentada, considerando a prova dos autos e as peculiaridades do caso concreto, mas tomando todas as cautelas para não configurar excesso de linguagem. Analisar o caso em julgamento, identificar as circunstâncias judiciais e legais, bem como individualizar a pena, em cada uma das três fases da dosimetria, de acordo com os parâmetros legais e jurisprudenciais, considerando as peculiaridades da situação concreta.	Decisão de Pronúncia. Introdução. Elementos. Linguagem. Decisão sobre prisão preventiva e medidas cautelares. Individualização da pena na sentença penal condenatória. Introdução. Primeira fase: análise das circunstâncias judiciais. Segunda fase: análise de agravantes e atenuantes. Terceira fase: causas de aumento e de diminuição. Concurso de crimes. Regime inicial. Substituição da pena e sursis. Disposições finais.	Exposição dialogada (2h)	2	A avaliação da aprendizagem é realizada pela presença e participação ativa nas discussões em sala de aula.
Abordagem prática da preparação e julgamento em plenário do Tribunal do Júri	Reconhecer a relevância da adequada preparação do processo para julgamento, saneando eventuais irregularidades, bem como ultrapassando eventuais preliminares erichadas na fase do art. 422 do CPP e principais desafios. Presidir os julgamentos plenários, conforme as questões legais e supralegais. Decidir questões preliminares erichadas na fase da abertura do julgamento plenário - Art. 571, V, do CPP. Redigir quesitos em observância às regras do art. 483 do CPP. Presidir a votação na sala secreta.	Abordagem geral de principais pontos controvertidos existentes na fase intermediária, da Preparação do processo para julgamento em Plenário (Artigos 422 ao 424) até a Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença – (Art. 447 ao 472). Condução da instrução em plenário; condução dos debates em plenário; redação dos quesitos e condução da votação; redação da sentença e da ata dos trabalhos.	Exposição dialogada (2h) Atividade em pequenos grupos para redação de quesitos dos casos. (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.

Procedimento criminal especial do júri: fase de sumário	Solucionar questões surgidas na fase Sumariante do Júri, principalmente na audiência de instrução e julgamento e na prolação de decisões de pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária.	Denúncia. Recebimento/Rejeição da denúncia no Tribunal do Júri. Casos Concretos. Citação. Considerações gerais. Resposta à Acusação. Considerações gerais. Instrução Criminal na fase Sumariante do Júri. Oitiva de testemunhas. Interrogatório do réu. Alegações Finais. Decisão. Pronúncia. Impronúncia. Desclassificação na fase Sumariante. Absolvição Sumária.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso (1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Execução penal, sistema penitenciário e aspectos processuais práticos	Condições atuais do sistema prisional nacional e mineiro. Estrutura do sistema prisional em Minas Gerais. Estrutura do Poder Judiciário de apoio à judicatura na Execução Penal (DMF, GMF, PNR, PAIPJ, APAC e FBAC). Medidas de gerenciamento da atividade jurisdicional na competência de Execução Penal. Crise penitenciária.	Identificar as condições atuais do sistema prisional nacional. Identificar a estrutura do sistema prisional em Minas Gerais e a estrutura do Poder Judiciário de apoio à judicatura na Execução Penal (DMF, GMF, PNR, PAIPJ, APAC e FBAC). Identificar medidas de gerenciamento da atividade jurisdicional na competência de Execução Penal, sua importância e seus resultados.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso(1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Pedidos de progressão e regressão de regime, tornozeleira eletrônica	Analisar os principais despachos, decisões e sentenças da atividade jurisdicional em Execução Penal de penas privativas de liberdade e restritivas de direitos. Examinar elementos probatórios específicos da Execução Penal. Aplicar técnicas de realização de audiências admonitórias e de justificação, detalhando as particularidades dos respectivos atos. Reconhecer os entendimentos mais modernos e identificar os aplicáveis a cada caso concreto.	Recebimento de guias, progressões de regime, livramentos condicionais, concessões de indulto e comutação, extinções da punibilidade, julgamento de incidentes de faltas e regressões de regime prisional. Conversões, restabelecimentos, modulações e extinção da punibilidade. Exames criminológicos, relatórios de Comissões Técnicas de Classificação – CTC, laudos de cessação e de permanência de periculosidade, comunicados de faltas disciplinares e atas de julgamento de Comissões Disciplinares. Monitoração eletrônica como medida alternativa ao encarceramento. Apresentação das decisões mais relevantes e recentes dos STJ e STF.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso(1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Plantão HCMU (escolta, medicamento, regimento e custódia)	Identificar os procedimentos e responsabilidades relacionadas à escolta de presos para atendimento médico em HCMU. Analisar os aspectos legais e éticos envolvidos na administração de medicamentos aos pacientes internados em HCMU. Familiarizar-se com o regimento interno dos HCMU, incluindo normas de segurança, direitos dos pacientes e protocolos de atendimento. Identificar as medidas de custódia aplicáveis aos pacientes internados em HCMU e sua relação com o sistema penal.	Escolta de Presos para Atendimento Médico. Administração de Medicamentos em HCMU. Regimento Interno e Custódia em HCMU.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso(1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
PAI - PJ			Exposição dialogada (2h) Estudo de caso(1h)	3	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.

Procedimentos para instalação de uma associação de proteção e assistências ao condenado - APAC e visita técnica	Identificar os procedimentos para instalação de uma Associação de Proteção e Assistências ao Condenado - APAC.	Procedimentos para instalação de uma Associação de Proteção e Assistências ao Condenado - APAC	Visita técnica orientada.	8	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e entrega do registro reflexivo sobre a visita técnica.
Carga horária total do eixo:	55 horas, sendo: 27h de métodos ativos e 28h de exposição dialogada.				

#### 7.5. Eixo Juizados Especiais:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
Conselho dos Juizados Especiais	Identificar o papel do juiz em uma audiência/sessão de conciliação e as atribuições de um facilitador em uma sessão auto compositiva	A conciliação nos Juizados Especiais.	Exposição dialogada (1h)	1	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Aspectos Práticos e Processuais dos Juizados Cível e da Fazenda Pública	Aplicar o procedimento especial da Lei nº 9.099/95 e da Lei nº 12.153/09. Analisar os casos de maior incidência na prática jurisdicional. Verificar o conjunto normativo do TJMG envolvendo os Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública. Identificar as formas de recrutamento de conciliadores, juízes leigos e demais profissionais em atuação nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.	Utilizar todas as funcionalidades dos sistemas disponíveis, visando o bom gerenciamento da unidade. Atuar com diligência e observância dos prazos. Manter-se atualizado nas matérias jurídicas e jurisdicionais.	Exposição dialogada (2h) Estudo de caso (2h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela participação ativa nas discussões em sala de aula e participação na atividade proposta.
Oficina de elaboração de sentenças do JESP cível e da Fazenda Pública	Elaborar sentença em processos do JESP Cível e fazenda pública.	A sentença no JESP cível e da Fazenda Pública. Casos de maior incidência no JESP cível e da Fazenda Pública	Exposição dialogada (1h) Oficina de elaboração de sentenças do JESP Cível e da fazenda pública. (3h)	4	A avaliação da aprendizagem é realizada pela análise das sentenças elaboradas pelos alunos.
Carga horária total do eixo:	16 horas, sendo: 6h de métodos ativos e 10h de exposição dialogada.				

#### 7.6. Eixo Prática Supervisionada:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
Prática Supervisionada - EJEF	Redigir decisões e sentenças criminais e cíveis bem fundamentadas, observando a clareza, a coesão e a coerência. Presidir um júri.	Atividades simuladas de redação de sentenças e júri simulado	Atividade prática supervisionada.	10	A avaliação da aprendizagem é realizada pela análise das sentenças e atuação no Júri.
Prática Supervisionada cível - capital	Realizar audiências cíveis apresentando capacidade de condução do processo. Redigir decisões e sentenças cíveis bem fundamentadas, observando a clareza, a coesão e a coerência. Analisar o funcionamento e a gestão da unidade judiciária.	Audiências cíveis. Elaboração de sentenças cíveis. Funcionamento e gestão da unidade judiciária.	Atividade prática supervisionada.	48	A avaliação da aprendizagem é realizada pela análise das audiências e das sentenças.

Prática Supervisionada criminal - capital	Realizar audiências criminais apresentando capacidade de condução do processo. Redigir decisões e sentenças criminais bem fundamentadas, observando a clareza, a coesão e a coerência. Analisar o funcionamento e a gestão da unidade judiciária.	Audiências criminais. Elaboração de sentenças criminais. Funcionamento e gestão da unidade judiciária.	Atividade prática supervisionada.	43	A avaliação da aprendizagem é realizada pela análise das audiências e das sentenças.
Prática Supervisionada juri ou varas de execução - capital	Presidir os julgamentos plenários, conforme as questões legais e supragerais.	Condução da instrução em plenário; condução dos debates em plenário; redação dos quesitos e condução da votação; redação da sentença e da ata dos trabalhos.	Atividade prática supervisionada.	24	A avaliação da aprendizagem é realizada pela análise das audiências e das sentenças.
Carga horária total do eixo:	125h de atividade prática supervisionada				

#### 7.7. Eixo Acompanhamento Psicossocial:

Unidades/ Módulos	Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação da aprendizagem
Formação pessoal e humanística para a magistratura	Aplicar os aspectos éticos e humanossociais inerentes ao exercício da magistratura, no que diz respeito ao próprio desenvolvimento pessoal e profissional, às dimensões subjetivas e culturais da prática judicante.	O acompanhamento psicossocial: apresentação temática dos eixos de articulação teórica da disciplina.  Reflexão pessoal sobre a trajetória profissional de cada participante	<i>Rapport</i> (5 min) Exposição dialogada (50 min) Exibição de vídeo (5 min) Atividade vivencial individual (30min) Atividade de integração e apresentação (1h20min) Exposição dialogada (30min) Encerramento e <i>feedback</i> (10min)	4	A avaliação da aprendizagem será realizada por meio da participação nas atividades propostas e nas apresentações realizadas.
Psicologia judiciária e o papel dos psicólogos e assistentes sociais no andamento processual	Identificar as atribuições dos psicólogos judiciais e assistentes sociais judiciais no âmbito do TJMG.  Reconhecer a prática cotidiana do trabalho dos psicólogos judiciais e assistentes sociais	A inserção institucional e as atribuições dos técnicos que auxiliam o Juízo nas questões sociais e psicológicas nas Varas de Família, da Infância e Juventude, Cíveis e Criminais.  Formas de intervenção psicossocial: estudo social, estudo psicológico, estudo psicossocial e elementos formativos de laudos e pareceres.	<i>Rapport</i> (5 min) Exposição dialogada (10 min) Exibição de vídeos (30 min) Exposição dialogada (1h) Estudo de caso (1h40min) Encerramento e <i>feedback</i> (5min)	4	A avaliação da aprendizagem será realizada pela participação nas discussões e na análise dos casos propostos.

<p>A subjetividade do juiz e o exercício da magistratura</p>	<p>Reconhecer os impactos na subjetividade oriundos do prestígio inerente ao exercício da função judicante.</p> <p>Utilizar subsídios teóricos da psicologia e da psicanálise favorecendo o autoconhecimento e o autodesenvolvimento.</p> <p>Atuar com imparcialidade, sendo capaz de autoavaliar e manejar as repercussões psicológicas inerentes ao exercício da função judicante.</p> <p>Reconhecer a imparcialidade como garantia processual de toda a sociedade.</p>	<p>A função simbólica do juiz: ocupar um lugar determinado no laço social.</p> <p>As construções imaginárias sobre ser juiz e os impactos na subjetividade.</p> <p>Para além do papel social: o desafio de suportar o exercício de uma função. Reflexão sobre a significação subjetiva da aspiração à magistratura.</p> <p>O lugar de destaque do juiz: poder, sucesso e impactos na identidade.</p>	<p><i>Rapport</i> (5 min) Leitura de textos (30min) Discussão em grupo (45min) Técnica <i>Fishbowl</i> (1h10min) Exibição de vídeo (20min) Exposição dialogada (30min) Encerramento e <i>feedback</i> (10min)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem será realizada por meio do acompanhamento e participação nas discussões propostas.</p>
<p>Relações humanas no trabalho</p>	<p>Identificar os desafios que a gestão de pessoas apresentará na perspectiva do(a) magistrado(a) enquanto pessoa/sujeito.</p> <p>Identificar estratégias que favoreçam a gestão da diversidade e a convivência no trabalho.</p>	<p>Relações interpessoais no contexto do trabalho.</p> <p>Construção de relacionamentos saudáveis com a equipe de trabalho e inserção na comunidade.</p> <p>A interface da Psicologia com a gestão de pessoas.</p>	<p><i>Rapport</i> (10min) Atividade vivencial individual (20min) Grupos de discussão (45min) Apresentação da discussão em grupo (25min) Estudo de caso (40min) Discussão em plenária (30min) Exposição dialogada (30min) Encerramento e <i>feedback</i> (10min)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem será realizada pela participação nas discussões e na análise dos casos propostos.</p>
<p>Postura profissional para o exercício da magistratura nas unidades jurisdicionais e o percurso pessoal no CFI</p>	<p>Identificar aspectos da postura profissional relevantes para o exercício da magistratura nas unidades jurisdicionais.</p> <p>Identificar e analisar o próprio percurso no CFI e, em especial, na disciplina Acompanhamento Psicossocial, por meio de reflexão comparativa entre o momento inicial do curso e o momento atual.</p>	<p>Competências comportamentais relevantes para o exercício da magistratura nas unidades jurisdicionais.</p> <p>Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal contínuos.</p> <p>Percurso na disciplina Acompanhamento Psicossocial e seus efeitos na formação pessoal.</p> <p>Impactos do exercício da magistratura na vida pessoal.</p>	<p><i>Rapport</i> (20min) Atividade vivencial individual (20min) Mesa de discussão temática (1h30min) Apresentação em plenária (30min) Atividade de encerramento (40min) <i>Feedback</i> (10min)</p>	<p>4</p>	<p>A avaliação da aprendizagem será realizada por meio da participação nas discussões e atividades propostas.</p>
<p>Devolutiva da avaliação psicológica do Concurso da Magistratura TJMG - Edital 01/2021</p>	<p>Reconhecer aspectos da própria personalidade, favorecendo a percepção de suas potencialidades, limitações e perspectivas para melhor utilização de suas capacidades e aptidões.</p>	<p>Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal contínuos.</p>	<p>Entrevista individual (1h para cada participante)</p>		

Carga horária total do eixo	21, sendo 15h de métodos ativos, 5h de exposição dialogada e 1h da entrevista devolutiva da avaliação psicológica (para cada participante).
-----------------------------	---

7.8. Eixo Acompanhamento Pedagógico:

Unidades/ Módulos	Carga horária
Processo de acompanhamento por juiz orientador: concepção e metodologias. Sorteio dos orientadores.	4
Avaliação do curso e registro reflexivo (parcial e final)	6
Oficina - práticas do interior	4
Planejamento do Acompanhamento Formativo para vitaliciamento	4
Carga horária total do eixo:	18 horas

7.9. Eixo Módulo Nacional ENFAM: detalhamento do eixo a ser divulgado oportunamente.

7.10. Eixo Módulo Eleitoral - TRE: detalhamento do eixo a ser divulgado oportunamente.

**8. CRONOGRAMA:**

8.1. Turma A, período de 20 a 24 de maio de 2024:

Data	Horário	Disciplina/Tema	CH
20/05	08:00 às 12:00	Fiscalização dos serviços extrajudiciais e interinidade nos serviços notariais e de registro	4
20/05	14:00 às 15:50	Custas, taxas judiciárias e emolumentos	2
20/05	16:10 às 18:00	Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar	2
22/05	08:00 às 12:00	Ferramentas e Relatórios Gerenciais (Painéis)	4
22/05	14:00 às 18:00	Fiscalização das unidades judiciárias(2): Destinação de armas e bens, novo SNBA, Audiências de custódia, fiscalização de unidades prisionais e de internação, SNA e outras questões afetas à fiscalização judiciária	4
23/05	08:00 às 12:00	Sistemas Informatizados Relacionados à Prestação jurisdicional - PJe, Sistemas auxiliares e conveniados (AJ, Sisbajud, Renajud, Infojud, Rupe etc)	4
23/05	14:00 às 18:00	Sistemas Informatizados Relacionados à Prestação jurisdicional Criminal e Infracional - PJe, SEEU e Sistemas auxiliares criminais (BNMP e outros)	4
24/05	08:00 às 12:00	Fiscalização das unidades judiciárias (1): Correições ordinária e extraordinária, Fiscalização da CGJ e outras questões afetas à fiscalização judiciária	4
24/05	14:00 às 15:50	Serviços auxiliares: Psicologia judiciária, Assistência Social e Oficiais de Justiça	2
24/05	16:10 às 18:00	Sistema Eletrônico de Informações - SEI	2

8.2. Turma B, período de 20 a 24 de maio de 2024:

Data	Horário	Disciplina/Tema	CH
20/05	08:00 às 09:50	Custas, taxas judiciárias e emolumentos	2
20/05	10:10 às 12:00	Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar	2
20/05	14:00 às 18:00	Fiscalização dos serviços extrajudiciais e interinidade nos serviços notariais e de registro	4
21/05	08:00 às 12:00	Direção do Foro (funções essenciais e relação com a CGJ), Serviços Auxiliares, Desdobramento do planejamento estratégico e boas práticas	4
21/05	14:00 às 18:00	Ferramentas e Relatórios Gerenciais (Painéis)	4
22/05	08:00 às 12:00	Fiscalização das unidades judiciárias (1): Correições ordinária e extraordinária, Fiscalização da CGJ e outras questões afetas à fiscalização judiciária	4

22/05	14:00 às 15:50	Serviços auxiliares: Psicologia judiciária, Assistência Social e Oficiais de Justiça	2
22/05	15:50 às 18:00	Sistema Eletrônico de Informações - SEI	2
23/05	08:00 às 12:00	Fiscalização das unidades judiciárias(2): Destinação de armas e bens, novo SNBA, Audiências de custódia, fiscalização de unidades prisionais e de internação, SNA e outras questões afetas à fiscalização judiciária	4
23/05	14:00 às 18:00	Sistemas Informatizados Relacionados à Prestação jurisdicional Cível - PJe + MGab	4
24/05	08:00 às 12:00	Sistemas Informatizados Relacionados à Prestação jurisdicional Criminal e Infracional - PJe, SEEU e Sistemas auxiliares criminais (BNMP e outros)	4
24/05	14:00 às 18:00	Sistemas Informatizados Relacionados à Prestação jurisdicional - PJe, Sistemas auxiliares e conveniados (AJ, Sisbajud, Renajud, Infojud, Rupe etc)	4

8.3. O cronograma para o período de 27 a 29 de maio, no qual será realizado o Módulo Eleitoral – TRE para as turmas A e B do curso, será disponibilizado no expediente do Diário do Judiciário Eletrônico a ser publicado no dia 24 de maio de 2024.

8.4. A entrevista de devolução da avaliação psicológica acontecerá em horários previamente agendados, conforme disposto no item 13.2.

## 9. REALIZAÇÃO DAS AULAS:

9.1. As atividades do turno da manhã dos dias 13 e 16 de maio serão realizadas no Auditório da Corregedoria-Geral de Justiça, situada na Rua Goiás, nº 253, 3º andar, Centro, Belo Horizonte/MG.

9.2. O Módulo Eleitoral – TRE será realizado nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, no período de 27 a 29 de junho de 2024.

9.3. A prática jurisdicional supervisionada será realizada na Capital e nas comarcas da Região Metropolitana.

9.4. As demais atividades do curso ocorrerão, preferencialmente, nas dependências da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, situada na Rua Guajajaras, 40, 17º andar, salas 7 e 8, Centro, Belo Horizonte/MG.

9.5. Eventualmente, poderão ser realizadas atividades em outros auditórios, conforme programação a ser informada previamente aos alunos.

9.6. Nos dias em que as atividades forem externas, o juiz vitaliciando deverá comparecer ao local e horário determinado pela EJEF.

9.7. Haverá ambiente virtual de apoio, para as atividades assíncronas, contendo repositório de textos e materiais complementares.

## 10. INSCRIÇÕES:

10.1. Prorrogado o período de inscrições, no sistema SIGA, até as 23h59 do dia 12 de maio de 2024, por meio do link: <https://siga.tjmg.jus.br/mod/cadastro/index.php?cursoid=cur2805>

10.2. Em seguida, preencher, ou atualizar, seus dados de cadastro no formulário e, ao final, clicar no botão “Confirmar o pedido de inscrição”.

10.3. Os campos CPF e senha, preenchidos durante o procedimento de inscrição, serão utilizados, respectivamente, para login e senha de acesso ao ambiente virtual do curso, devendo ser anotados pelo(a) candidato(a), como forma de lembrete.

10.4. Caso o(a) candidato(a) necessite atualizar a senha, deverá acessar o endereço [siga.tjmg.jus.br](https://siga.tjmg.jus.br) e clicar no ícone “Criar ou atualizar cadastro”.

10.5. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de inscrição, observado o público-alvo descrito no item 1 e o número de vagas disposto no item 6 deste edital.

10.6. As inscrições validadas poderão ser consultadas no [siga.tjmg.jus.br](https://siga.tjmg.jus.br), por meio do ícone “Painel do Estudante”, a partir das 7h do dia 13 de maio de 2024.

## 11. CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO:

11.1. Os participantes são aprovados e certificados no curso se obtiverem o mínimo de 100% (cem por cento) de frequência efetiva nas aulas presenciais.

11.1.1. A frequência será apurada por meio de listas de presença, a serem assinadas quando da realização das atividades.

11.1.2. Eventuais ausências por motivo de licenças e afastamentos devem ser imediatamente comunicadas, por meio de justificativa a ser enviado para o e-mail [cofip5@tjmg.jus.br](mailto:cofip5@tjmg.jus.br).

11.1.3. Caberá ao Tribunal decidir sobre os casos de ausência, observado o disposto nos artigos 17 e 18, da Resolução nº 2/2016 da Enfam.

## 12. AVALIAÇÕES:

12.1. **Dos(as) alunos(as):** a avaliação da aprendizagem é formativa, de natureza contínua, e somativa, realizada por meio da observação e da análise das tarefas realizadas, presencialmente, pelos alunos por meio de atividades individuais e em grupo, integrando-se ao processo de ensino e aprendizagem. Ela ocorrerá com base na prática e nas participações dos alunos, utilizando instrumentos e procedimentos avaliativos alinhados aos objetivos das atividades pedagógicas propostas.

Será utilizado o portfólio, construído na plataforma Moodle, para registro das avaliações de todo o processo formativo de cada Juiz em vitaliciamento. Tanto os Juizes Orientadores de vitaliciamento, como os Juizes supervisores das práticas supervisionadas acessarão, ao longo do CFI, o ambiente para avaliarem as atividades práticas correspondentes a cada fase de aprendizagem. Após o CFI, os juizes em vitaliciamento realizam postagens mensais de sentenças, pautas e atas, e também postam os seus registros reflexivos, a cada trimestre, indicando os pontos importantes do processo de aprendizagem. Por outro lado, os Juizes Orientadores postarão, trimestralmente, o plano de trabalho de seus orientandos com base no roteiro de campo e ao final de cada trimestre, postam o relatório trimestral, no qual deve constar a análise das competências que foram selecionadas para o desenvolvimento no respectivo trimestre (roteiro de campo), com descrição das orientações que foram repassadas, observações sobre as melhorias obtidas, pontos

fortes e necessidades de melhoria, apresentando sugestões à EJEF, relacionadas às necessidades de reforço teórico-prático sobre temas específicos, estágios, visitas etc.

12.2. **Do curso:** Durante o curso, a avaliação acontecerá em diversos momentos e abrangerá reuniões constantes das gerências e coordenações envolvidas, docentes e equipe técnica, com o intuito de analisar as condições ambientais, preparo dos professores, aprendizagem dos alunos, mudanças de comportamento e resultados ao longo do período de formação.

12.3. **De reação:** A avaliação de reação será aplicada a cada aula, podendo ser entregue pelos alunos até o final do curso, mediante questionário que terá como finalidade a verificação da qualidade do curso, a didática aplicada, o desempenho dos docentes, a estrutura física e administrativa da EJEF visando o constante aperfeiçoamento das estratégias adotadas.

### 13. DA ENTREVISTA DE DEVOUÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:

13.1. Durante o 14º CFI será oferecida aos(às) juízes(as) convocados para este curso entrevista psicológica de devolução, referente ao processo de avaliação psicológica do Concurso Público para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado de Minas Gerais, regido pelo Edital n. 01/2021.

13.2. A entrevista, de caráter individual e com duração de até 1 hora, será realizada pelo(a) psicólogo(a) responsável pela avaliação psicológica no dia 18 de maio de 2024, nas dependências da EJEF, conforme agendamento que será informado oportunamente.

14. **ESTIMATIVA DO MONTANTE DA DESPESA:** R\$434.084,36 (quatrocentos e trinta e quatro mil oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), que abrange despesas com honorários de docentes, logística e lanches para os participantes.

15. **ORIGEM:** dotação orçamentária do TJMG.

### 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

16.1. O 14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos – CFI está submetido ao que dispõe a Resolução nº 2/2016 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

16.2. O curso foi credenciado pela Portaria de Credenciamento nº 89, de 5 de abril de 2024 da ENFAM.

16.3. Ação integrante do Plano de Desenvolvimento Anual – PDA 2024 da EJEF.

16.4. Este Edital poderá ser alterado por meio de editais complementares ou retificadores, os quais serão publicados no DJe e no endereço eletrônico da <https://www.ejef.tjmg.jus.br>. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo e demais procedimentos do curso.

16.5. As comunicações acerca das rotinas do curso serão feitas via e-mail, devendo o(a) aluno(a) manter seu endereço eletrônico sempre atualizado nos cadastros da EJEF.

16.6. A EJEF não se responsabiliza por e-mails retornados em função de caixa cheia, endereço eletrônico desatualizado ou não localizado, incorreto, desabilitado, mensagem bloqueada pelo Firewall/Antivírus.

16.7. Informações e orientações sobre o curso de que trata este Edital podem ser obtidas na Coordenação Administrativa de Formação Inicial e Pós-graduação - COFIP, por meio do canal Fale Conosco, no endereço [siga.tjmg.jus.br](http://siga.tjmg.jus.br), dos telefones (31) 3247-8751/8772/8799/8943/8945/8948/8955, ou pelo e-mail [cofip@tjmg.jus.br](mailto:cofip@tjmg.jus.br).

16.8. Edital publicado originalmente no dia 10 de maio de 2024.

Convocados e classificação	
Ampla concorrência	
Ismael Fernando Poli Villas Boas Junior	1º
Guilherme Barros Dominato	2º
Isabela Vieira De Sousa Gouveia	3º
Fernanda Rabelo Dutra	4º
Clara Maciel Antunes Barbosa	5º
Gustavo Duarte Vieira	6º
Amanda Charbel Salim	7º
Marcos Paulo Soares Nangino	8º
Jessé Alcântara Soares	9º
Robson Monteiro Rocha	10º
Leonidas Amaral Pinto	11º
Lorena Federico Soares	13º
Isabella Cristina Marques Nascentes	14º
Catarini Meconi Da Silva	15º
Vanessa Harumi Iwasa	16º
Guilherme Monteiro Paulino	17º
Estevao Augusto Queiroga De Pinho	18º
Lucas Carvalho Soares Freitas	19º

Pedro Eduardo Kakitani	20º
Renato Ivan Filho	21º
Allan Martins Ribeiro	22º
Laís Lopes Senna	23º
Lucas Francisco Marsola Sanches	24º
Fábio Do Espírito Santo	25º
Guilherme Pimenta	26º
Vitor Marcos De Almeida Silva	27º
Matheus José De Souza Kursawe	29º
Nayra Karoline Guerino Biondo	30º
João Paulo Toledo	31º
Maycon Túlio Vaz	32º
Izabela Tângari Coelho	33º
Bruno De Souza De Viveiros	34º
Geovana Pereira De Souza Melo	35º
Bruno Henrique Da Costa Lima	36º
Lívia Maria Franco Da Silveira	37º
Douglas Teixeira Barroco	38º
Suelen Luczynski Florentino	39º
Ricardo Augusto De Castro Zingoni	41º
Bruno Rodrigues Fonseca	42º
Douglas Silva Dias	43º
Patricia Bergamaschi De Araújo	44º
Claudia Athanasio Kolbe	46º
Rodrigo Da Silveira	47º
César Nicolau Melhem Júnior	50º
Bruno Motta Couto	51º
Emílio Guimaraes Moura Neto	52º
<b>Negro/ Ampla concorrência</b>	
Ana Carolina Ferreira Marques dos Prazeres	1º 12º
Cynara Soares Guerra Ghidetti	2º 28º
Yago Abreu Barbosa dos Santos	3º 40º
Thais Aparecida da Silva Oliveira	4º 45º
Isadora Nicoli da Silva	5º 48º
Alessandra de Souza Nascimento Gregório	6º 63º
Gabriell Portilho Ribeiro	7º 66º
José Francisco Tudeia Junior	8º 67º
Iziquiel Pereira Moura	9º 68º
Alan da Silva dos Santos	10º 70º
Ingrid Marques Cabral	11º 76º
João Paulo Bispo de Abreu	12º 78º
Carolina Moreira Gonzaleza Fonseca	13º 79º
<b>Deficientes/ Ampla concorrência</b>	
Priscila De Fátima Barbosa Pinto	1º 49º
Mateus Oliveira Santos	2º 80º
Tiago Borges De Oliveira	3º 89º
Danilo Soares Cordeiro	4º 98º
Frederico Maia Santos	5º 111º

